

Comercialização de Produtos Agrícolas (avaliação econômica – social do agrocentro Elvina Caetano Patos/PB – 2009).

Rogério Medeiros¹

Felipe César da Silva Brito²

RESUMO - A agricultura apresenta-se de grande relevância no planejamento do desenvolvimento econômico geral no Brasil. Procura-se contextualizar o papel do setor primário na economia brasileira e nordestina, enfatizando a comercialização agrícola, através do agrocentro Elvina Caetano – Patos/PB no ano de 2009. Como método, utiliza-se entrevista estruturada em formulário. Conclui-se que o centro de comercialização de produtos agrícolas, agrocentro Patos – PB, contribui para um maior desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Economia; Agricultura; Comercialização.

ABSTRACT - Agriculture has to be of great relevance in planning the overall economic development in Brazil. It seeks to contextualize the role of the primary sector in the Brazilian economy and the Northeast, emphasizing agricultural marketing through agrocentro Elvina Caetano - Patos/PB. The method uses a structured interview in form. It is concluded that the center of trade in agricultural products agrocentro Patos - PB contributes to the further development of the region.

Key words: Economics; Agriculture; Marketing.

INTRODUÇÃO

A agricultura apresenta-se de grande relevância no planejamento do desenvolvimento econômico geral no Brasil. A agricultura voltada para o exterior é responsável, na maioria das vezes, pelos níveis elevados de exportações, ou seja, pelos superávits da balança comercial, pela entrada de divisas no país, traduzindo desenvolvimento e crescimento econômico, reflexo de atividades com relativo poder de competitividade, enquanto que a agricultura voltada para o mercado interno destaca-se como relevante para estabilidade econômica, abastecimento de alimentos no país, etc., contribuindo desta maneira, para relativos benefícios econômicos e sociais, distribuídos de forma relativamente mais direta com o conjunto da população brasileira.

¹ Rogério Medeiros: Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas de Patos – FIP.

² Felipe César da Silva Brito: Prof. Msc. das Faculdades Integradas de Patos – FIP.

A agricultura voltada para o mercado interno caracteriza-se menos tecnificada, mecanizada, principalmente em regiões brasileiras consideradas atrasadas do ponto de vista tecnológico com problemas na cadeia produção – comercialização.

O Estado da Paraíba, não foge da lógica regional, caracteriza-se tradicionalmente pela cana – de – açúcar (latifúndios), pecuária e algodão, porém, predominando a cultura de subsistência, onde se destaca o sertão paraibano, esta atividade econômica é importante para o abastecimento interno, bem como para o seu auto – abastecimento.

Procura-se neste artigo contextualizar o papel tradicional do setor primário na economia brasileira, na economia nordestina, enfatizando a comercialização agrícola no nordeste, bem como também mostrar alguns resultados da pesquisa com relação ao agrocentro Elvina Caetano – Patos/PB, (Centro de Comercialização de Produtos Agrícolas), avaliando sua contribuição para o desenvolvimento na região.

Para o levantamento de dados descritos, utiliza-se a observação participante, entrevista estruturada e formulário, onde a coleta de dados será realizada em três etapas: a etapa da observação participante, a etapa da entrevista e a etapa de formulários com a análise e a interpretação dos dados realizados ao longo dos meses, através de uma sistematização via tabelas, quadros, gráficos.

Este estudo revela-se importante por tratar de um assunto que está inserido no contexto de debates e discussões no campo das ciências econômicas, contribuindo desta maneira, para aquisição de maiores conhecimentos na área de economia agrícola, bem como, familiarizando os futuros economistas, alunos pesquisadores, com regras, conceitos, políticas de planejamento, visando o desenvolvimento econômico local.

1 A Tradição do Setor Primário na Economia Brasileira

O Brasil possui uma herança tradicional vinculada ao setor primário, o qual se apresentou e ainda apresenta-se de extrema importância na dinâmica do país. Este setor da economia dominou por muito tempo a riqueza nacional, o PIB (Produto Interno Bruto), tendo um papel de destaque nos superávits da balança Comercial.

No decorrer de mais quatrocentos anos a economia brasileira funcionou predominantemente com reflexo dos interesses externos, reagindo aos estímulos vindos de fora. Essa orientação para o exterior conduziu à implantação da monocultura, com produção e exportação centradas no produto de maior rentabilidade em certo momento histórico. Essa dependência se reflete claramente nos ciclos econômicos que caracterizam esse longo período. (BRUM, 1999, p.131).

Para tal situação de destaque, o setor primário nacional, ao longo dos períodos que envolvem a história econômica brasileira, usufruiu de vários mecanismos com relação às políticas governamentais, bem como também de processos científicos relevantes, relacionados às técnicas mais refinadas de cultivo e tratamento de solo, que resultaram no aumento da produtividade agrícola e conseqüentemente aumento do poder de competitividade, relacionados basicamente para os setores exportadores.

A agricultura, mais que qualquer outro setor econômico, exige uma atenção permanente do governo. A introdução, no meio rural, dos instrumentos que a ciência e a técnica oferecem hoje ao agricultor, bem como a adoção de formas superiores de organização e exploração de propriedade, depende, em larga medida, da intensidade e da continuidade dos trabalhos de pesquisas, experimentação, demonstração e fomento, os quais, por sua natureza e custo, só podem ser realizados através de agências governamentais. (GONÇALVES NETO, 1997, p.125).

Entretanto, faz-se necessário enfatizar que o setor primário brasileiro apresenta-se dividido em duas partes. Por um lado, a agricultura voltada para exportação, onde o produto é destinado ao mercado consumidor relativamente mais exigente, cuja produção e comercialização são realizadas com maiores cuidados com relação às técnicas de cultivo adotadas, as estratégias e meios comercializados. Por outro lado, a agricultura voltada para o mercado interno que se apresenta relativamente menos tecnicizada, porém, de extrema importância no abastecimento de produtos alimentícios básicos para a população brasileira, procurando sempre estabelecer uma oferta capaz de suprir as necessidades de uma

demanda interna. Esta divisão clássica é a tradução da formação econômica do Brasil, ou seja, do Modelo Econômico Primário Exportador.

Numa economia como a brasileira, particularmente em sua primeira fase é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como açúcar e o tabaco, que vimos no capítulo anterior; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São, sobretudo os que se destinam a fornecer os meios de subsistência a retirar a população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência. (PRADO JUNIOR, 1970, p.41).

2 A Economia Rural na Região Nordeste do Brasil

Dentro deste contexto, a agricultura brasileira apresenta-se também diferente com relação às suas características agrárias em termos de regiões, isto é, o centro-sul possui um nível relativamente mais elevado de modernização se comparado às outras regiões do país. A região nordeste, por exemplo, caracteriza-se por uma concentração populacional fixada basicamente nas zonas rurais e com baixo I.D.H. (Índice de Desenvolvimento Humano), que reflete o relativo atraso no contexto econômico do país, comprovado segundo Moreira (2004), quando analisamos a participação da região na composição do PIB (Produto Interno Bruto). É importante mencionar que a agricultura nordestina não usufruiu de um ponto de vista geral da revolução tecnológica que modernizou a agricultura nacional. No entanto, recentemente, a economia nordestina destaca-se em função do mercado consumidor emergente, atraindo investimentos, melhorando a infra-estrutura. Esta situação contribuirá para uma melhoria nos diversos setores econômicos desta região.

O espaço territorial, que chamamos hoje de Nordeste, já foi à região mais rica do país, segundo Andrighetti (1998), no período do Brasil Colônia, principalmente com o grande ciclo da cana de açúcar, constituindo-se uma área de grande relevância na exploração mercantilista imposta pelo colonizador português. Desta forma, seguindo esta lógica exploradora, Furtado (1997), explica a concentração de terras, o predomínio da grande propriedade, estabelecendo uma relação direta com

o produto-chave na época, o açúcar, considerado especiaria no mercado internacional e que só poderia ser produzido em grandes quantidades, quando realizada em grandes extensões de terras.

Tal contextualização anterior foi feita para exemplificar as origens dos problemas econômicos e sociais que iniciaram no período colonial, particularmente, na região nordeste, que se apresenta muito atrelada à economia rural, caracterizada, por um lado, pela concentração de terras, grandes propriedades com uma produção voltada para o mercado internacional, beneficiadas por uma política de modernização e, outras grandes propriedades que estabeleceram relações de parceria, arrendamentos, etc. Já, por outro lado, o homem do campo, meeiro, arrendatário ou pequeno proprietário apresenta -se no cenário econômico com sérios problemas em relação à estrutura de produção e comercialização, agravadas muitas vezes pelas secas que atingem o sertão nordestino, dificultando ainda mais a sua sobrevivência.

A seca prejudica consideravelmente a camada pobre que não dispõe de reservas e perde tudo que possui, sendo muitas vezes forçada a migrar. Beneficia, porém a camada de renda mais elevada, proprietários e comerciantes, porque, a chegada da seca, chega com ela a oportunidade de adquirir a terra e o gado dos agricultores pobres que não tem condições de alimentar os seus animais e de permanecer na terra, não podendo barganhar ao discutir o preço com o comprador. É assim a ocasião do grande proprietário adquirir mais terra e mais gado, quando dispõe de reservas e alimentos por baixo preço. É também a ocasião em que dispõe de mão - de - obra a preços mais baixos (ANDRADE, 1988, p.72).

Dentro desta lógica, Araújo (2000), procura esclarecer tal situação nordestina em termos de economia agrícola, enfatizando novos agravantes com o seguinte pensamento:

No Nordeste, Norte e Centro - Oeste o largo predomínio é da grande propriedade e da chamada "organização patronal", com a maioria dos proprietários vivendo nas cidades e remunerando mal a massa de parceiros, meeiros ou trabalhadores assalariados que para ele produzem. A pequena produção aparece em varias áreas novas (posseiros as desbravam para depois perdê-las, muitas vezes de forma violenta) em alguns subespaços especiais, ou embutidos no latifúndio nas áreas de ocupação mais antiga (como o Nordeste) (ARAÚJO, 2000, p.109).

Desta forma, a economia rural nordestina apresenta uma estrutura agrícola concentracionista, gerando problemas na esfera de comercialização, atingindo grande parte dos agentes econômicos envolvidos (pequenos proprietários), diretamente ou indiretamente na cadeia produção – comercialização dos produtos agrícolas. O pequeno proprietário, o meeiro ou o arrendatário são os maiores responsáveis pelo abastecimento alimentar no mercado interno, porém, apesar destes agentes apresentarem problemas na esfera produtiva, vai ser na comercialização as suas maiores dificuldades, em razão da ausência de crédito, tecnologias, infra-estrutura de comercialização etc., que traduzem perdas nas relações comerciais, as quais em determinados momentos são intensificadas por problemas climáticos.

Existem atualmente iniciativas governamentais direcionadas a determinados setores da economia rural vinculado ao mercado interno, que buscam amenizar os problemas estruturais, modificando a realidade, sócio – econômica do meio rural. Accarini (1987) afirma que é através de uma política agrícola que se promove o processo de desenvolvimento rural, utilizando para tal fim, diferentes instrumentos, buscando superar os obstáculos naturais, tornando o meio rural mais consistente e sustentável.

Seguindo este dimensionamento, podemos citar como instrumentos importantes o crédito à produção, canalizado principalmente para atender às necessidades financeiras da inovação incluindo a assistência técnica e, o crédito à comercialização, buscando o escoamento da produção com maiores facilidades; o seguro, por motivos de riscos na agricultura ocasionados por condições atmosféricas, pragas, flutuações de preços, inovações; a política de preços que são destinadas a melhorar a situação dos preços na agricultura em desenvolvimento. Dentro deste contexto, destaca-se na infra-estrutura de comercialização, as instalações de armazenamento e da rede de transporte, pois uma vez adequadas, apresentam – se como responsáveis por operações de estocagem, buscando reduzir a oscilação de preços e abastecer a demanda interna com uma “oferta constante de alimentos”, resultando conseqüentemente benefícios econômicos e sociais.

3 Comercialização Agrícola: agrocentro Patos-PB

A comercialização é tão importante para o aumento do rendimento da agricultura como o próprio cultivo do solo e deve ser tratado com igual cuidado, segundo Millikan e Hapgood (1977). Eles afirmam também que a reforma de mercado deve constituir parte integral de qualquer política de desenvolvimento agrícola e que o sistema de comercialização pode representar uma ampliação do mercado para os produtos do campo, concedendo preço razoável ao agricultor. Porém responsabiliza o governo nos investimentos na infra-estrutura de comercialização:

Cabe ao governo a responsabilidade indeclinável de prover a infra-estrutura necessária a um sistema eficiente de comercialização: bom sistema de transporte, especialmente uma rede de estradas arteriais e de alimentação; meios públicos de armazenamento para suplementar as instalações privadas; um sistema de informações comerciais; e um serviço de classificação dos produtos do campo. Não se pode subestimar os efeitos diretos e indiretos do desenvolvimento dos transportes sobre a produtividade agrícola através da expansão e ativação dos mercados que servem ao agricultor. O armazenamento eficiente reduzirá os altos e pesados prejuízos que todos conhecemos (MILLIKAN E HAPGOOD, 1977, p.63).

Dentro deste direcionamento, na região central do sertão da Paraíba, especificamente na cidade de Patos, existe um centro de comercialização de produtos agrícolas, o agrocentro Elvina Caetano, inaugurado em Agosto de 2005, apresenta-se atrelado a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA, vinculado a SEDAP do governo da Paraíba.

Este centro de comercialização está localizado em uma área do estado da Paraíba, o qual se apresenta dividido em quatro mesorregiões geográficas, segundo o Censo Agropecuário (1996) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), caracterizando como principais atividades econômicas, o cultivo de cana de açúcar em latifúndios (principalmente na zona da mata paraibana), pecuária, algodão e cultura alimentícia (agreste), pecuária, algodão e cultura de subsistência (Borborema e sertão).

Para Diniz (2006), a economia rural paraibana é marcada pelo grande número de pequenas propriedades, onde se destaca a agricultura de subsistência com baixo índice de mecanização, importante para o abastecimento interno, bem como também para o seu auto-abastecimento. Porém, tais propriedades possuem problemas para o escoamento de sua produção, (problemas na esfera produção – comercialização), principalmente no sertão paraibano. Esta situação despertou as autoridades governamentais via políticas públicas para a criação de um centro de comercialização de produtos agrícolas neste espaço do Estado da Paraíba.

De acordo com Clemente (2000), as construções de redes funcionais são de grande utilidade no planejamento tanto público, quanto empresarial. Dentro deste cenário, o agrocentro Patos – PB destaca-se no sertão paraibano com oportunidade de investimentos privados em certos setores, tomando com base os efeitos realizados pelos investimentos públicos na infra-estrutura de comunicação.

Os lugares (núcleos urbanos) são vistos como fornecedores de bens e serviços, tanto para si mesmo, como para lugares de menor centralidade. A oferta de bens e serviços centrais, que não são encontradas em toda parte, empresta centralidade a alguns lugares. A organização do espaço realiza-se de acordo com o princípio da centralidade, do qual resulta uma hierarquia dos lugares (CLEMENTE, 2000, p. 88).

O agrocentro – Patos apresenta-se como uma área de maior centralidade, em termos de comercialização de produtos agrícolas neste espaço territorial em razão do custo de acesso, em virtude da distância econômica (pelo lado da demanda) e as economias de escala (pelo lado da oferta), oferecendo todos os produtos oferecidos pelos lugares de menor centralidade e mais um conjunto de produtos não disponíveis nesses lugares, como será visto posteriormente.

RESULTADOS E AVALIAÇÕES (RELATIVAS) – AGROCENTRO – PATOS/PB

De acordo com dados coletados no agrocentro Elvina Caetano – Patos/PB, elaboram-se alguns gráficos mediante análise dos resultados. De acordo com a pesquisa, procura-se explorar via gráficos os seguintes questionamentos: As

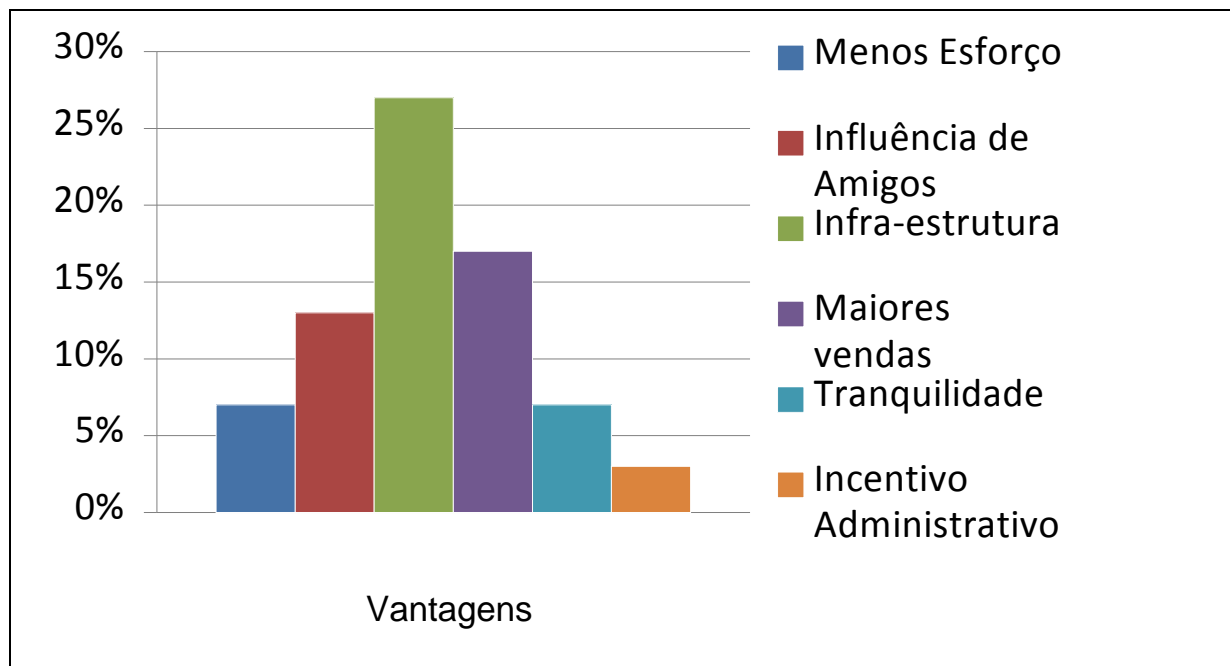
vantagens de comercializar no agrocentro de Patos, Estados demandantes, Estados ofertantes de produtos agrícolas, comercialização dos produtos e as formas de pagamento.

Devido à localização central no médio sertão paraibano, onde polariza diversas microregiões do Estado e de outros Estados, a cidade de Patos, tornou-se recentemente com relação à comercialização de produtos agrícolas, uma região de destaque (região de maior centralidade), em razão da criação do agrocentro Elvina Caetano / Patos – PB. É importante lembrar que quanto maior a cidade e região, maior também serão as demandas por bens e serviços, pensando nisso e observado as dificuldades que enfrentavam os comerciantes de produtos hortifrutigranjeiros do mercado central do município, quanto ao espaço físico, bem como também a importância estratégica desta cidade em função da localização geográfica, a secretaria de agricultura da Paraíba, inaugura e estabelece um centro de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, beneficiando Patos, cidades vizinhas e outros estados.

O Centro de Comercialização de produtos agrícolas Elvina Caetano oferece aos produtores e comerciantes um enorme leque de vantagens para que eles comercializem seus produtos no agrocentro. O gráfico I enfatiza-se bem quais são esses benefícios, fazendo com que cada vez mais este centro de comercialização cresça e se desenvolva gradualmente, beneficiando a todos, inclusive a população.

GRÁFICO I - As vantagens de comercializar no agrocentro Patos – PB 2009

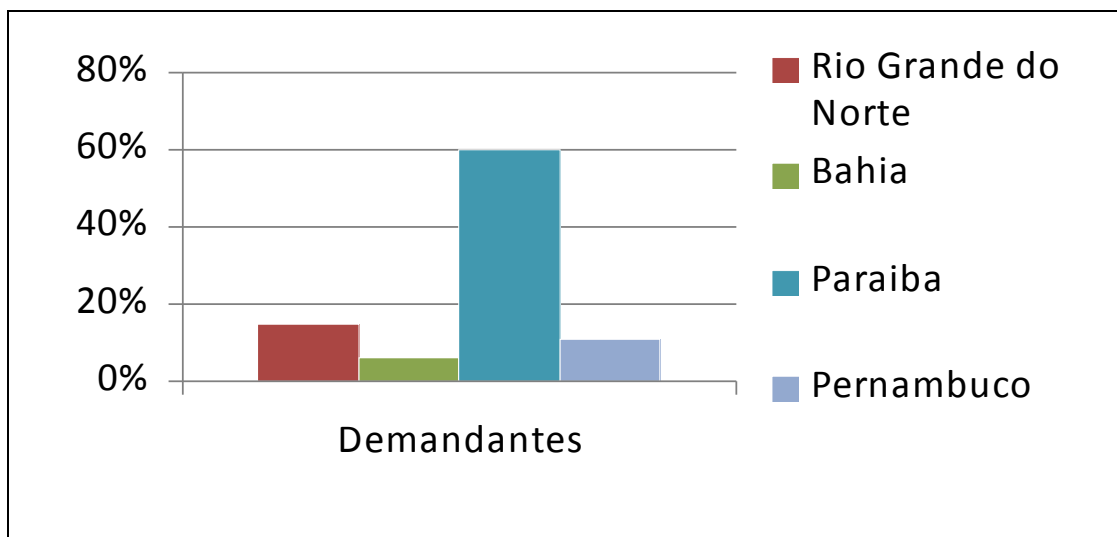
Comerciantes/Produtores



Fonte: Elaboração Própria

O agrocentro oferece uma boa infra-estrutura, destacando-se como fator principal na vantagem de comercialização, os comerciantes passam a trabalhar melhor do que outras experiências profissionais passadas, tendo em vista um espaço amplo e bem localizado, fator que contribui para maiores vendas de seus produtos, aumentando seu lucro e sua satisfação, este aspecto apresenta-se destacado no gráfico I com mais de 25% dentre os entrevistados. Os produtores e comerciantes, afirmam também que um dos fatores que fizeram com que eles viessem a comercializar os produtos no agrocentro, foram a indicação de alguns amigos que já trabalhavam no centro de comercialização (mais de 15% dos entrevistados). Além disso, o incentivo administrativo apresentou-se responsável pelo desempenho mais eficiente dos comerciantes via estrutura organizacional, contribuindo diretamente para o seu retorno financeiro, através do aumento de vendas que pode ser confirmada por mais de 15% dos entrevistados como uma maneira de atração para a comercialização. Posteriormente, o gráfico II mostrará os estados compradores no agrocentro Patos – PB, no ano de 2009.

GRÁFICO II - Estados compradores dos produtos do agrocentro / Patos – PB 2009
Comerciantes/Produtores

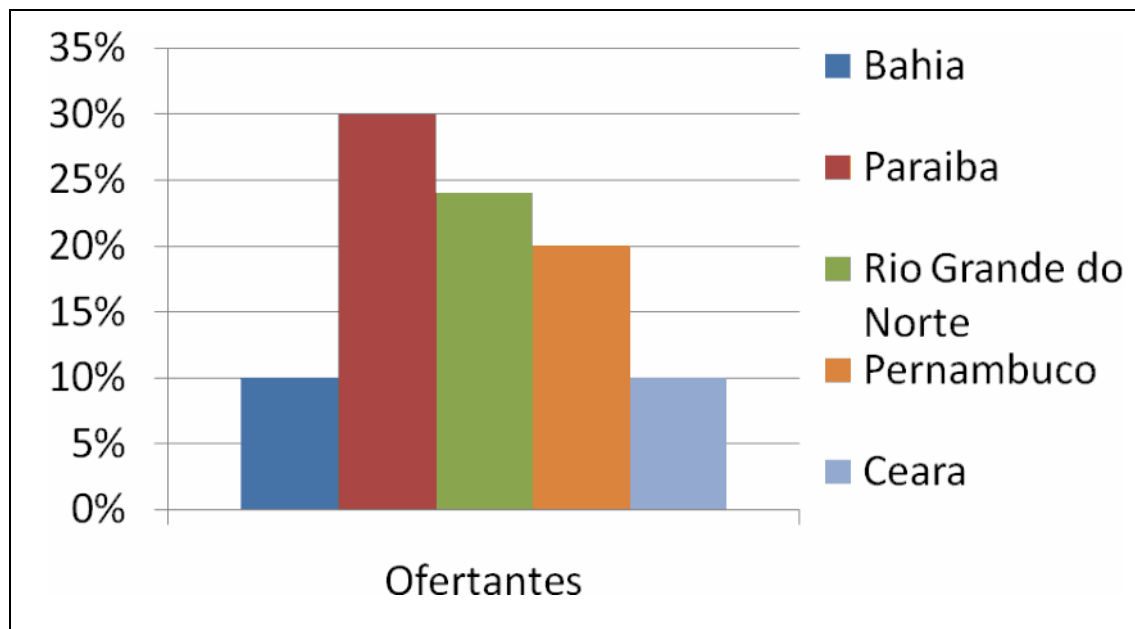


Fonte: Elaboração Própria

A pesquisa realizada descreve que vários Estados foram beneficiados com o agrocentro Elvina Caetano no município de Patos – PB, demandando mercadorias para o comércio nas demais localidades dentro e fora do Estado da Paraíba. Destacaram-se na quantidade demandada, os seguintes Estados (demandantes): Paraíba (60%), Rio Grande do Norte (15%), Pernambuco (10%) e Bahia (5%). De acordo com a pesquisa, os demandantes buscam os produtos pelo fato da diversidade e do preço (custo de acesso). Os comerciantes afirmam que os produtos comprados neste centro de comercialização tem lugar certo na mesa dos bares, restaurantes, supermercados, etc. Desta forma, o agrocentro, destaca-se pela grande quantidade e diversidade comercializada de produtos agrícolas, abastecendo Patos, municípios vizinhos e outros Estados. Apesar do predomínio da quantidade demandada no Estado da Paraíba, existe também a participação de determinados Estados, enquanto demandantes, como por exemplo, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, porém relativamente menores, em razão da distância geográfica. No próximo gráfico a análise será dos Estados fornecedores para o agrocentro.

GRÁFICO III - Estados fornecedores para o agrocentro / Patos – PB 2009

Comerciantes/Produtores



Fonte: Elaboração Própria

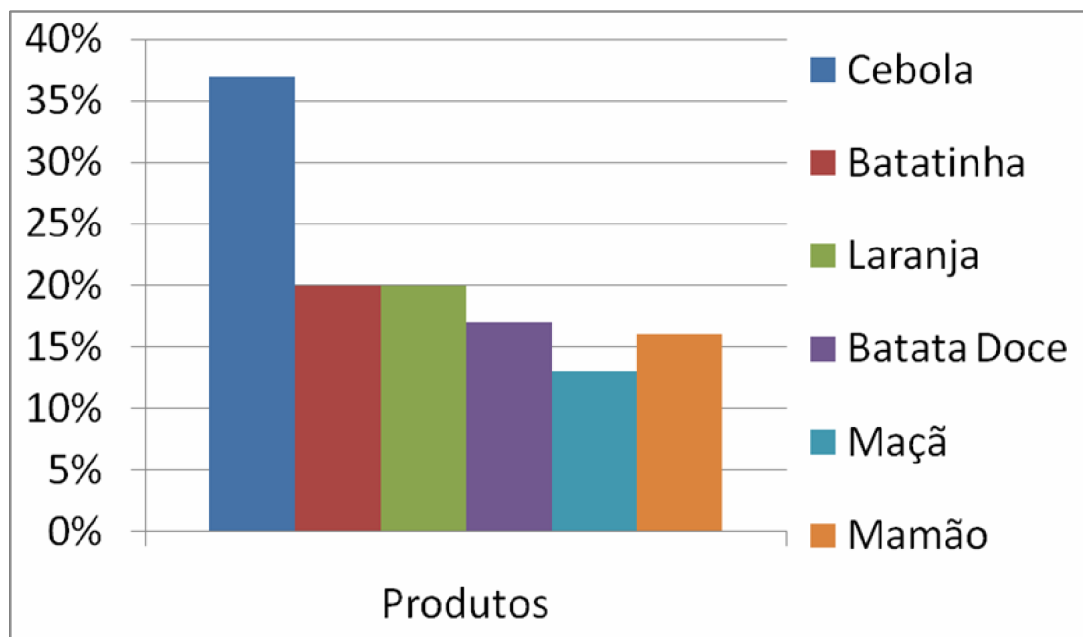
O gráfico III mostra do ponto de vista da oferta, os Estados que se destacaram no abastecimento dos produtos agrícolas no agrocentro Elvina Caetano – Patos/PB, os Estados ofertantes foram: Paraíba (30%), Rio Grande do Norte (24%), Pernambuco (20%), Bahia (10%) e Ceara (10%). A participação relativamente maior na quantidade ofertada nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco é explicada basicamente em função da distância geográfica relativamente menor. Já a participação relativamente menor na quantidade ofertada nos Estados da Bahia e do Ceara pode ser esclarecida, em razão da distância geográfica relativamente maior, representando maiores custos, podendo influenciar nos preços finais do produto e nas vendas no mercado. No entanto, estes Estados possuem papel relevante no agrocentro, abastecendo-os com “produtos específicos”.

Proporcionando uma ótima localização, as margens de uma BR Federal, dispondo de uma grande estrutura física, o agrocentro da cidade de Patos – PB,

representa papel de destaque na economia e na sociedade da região, em razão, dentre outros motivos, da grande e diversificada oferta de produtos agrícolas durante o ano inteiro. O gráfico IV descreve a comercialização dos produtos mais demandados neste centro de comercialização.

Gráfico IV - Comercialização dos produtos agrocentro – Patos PB 2009.

Comerciantes/Produtores

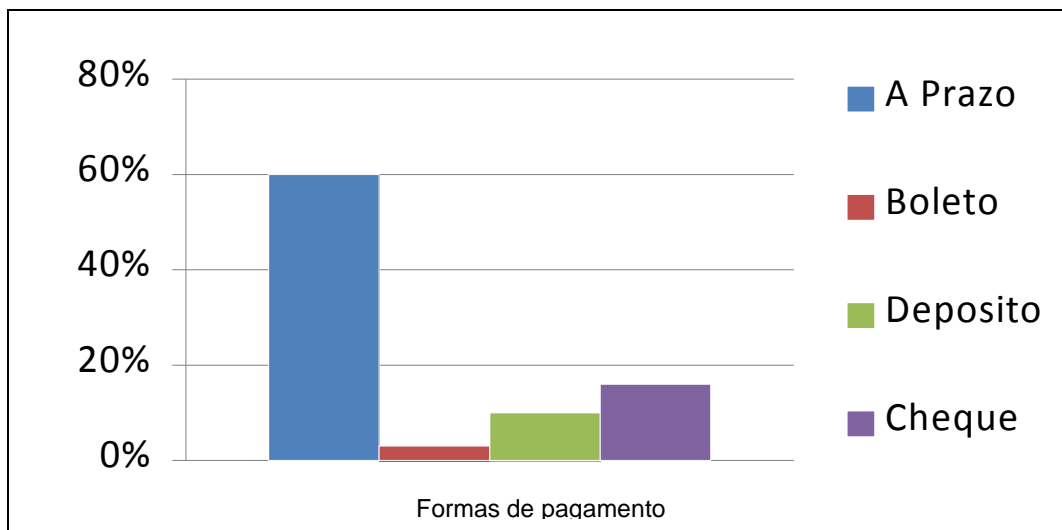


Fonte: Elaboração Própria

O gráfico IV mostra os principais produtos comercializados no agrocentro, no ano de 2009, destacaram-se: a cebola, com um volume maior de vendas (37%), conseqüentemente, destacaram-se também a batatinha, a laranja, batata doce, o mamão, a cenoura e a maçã, porém, relativamente com menores níveis de comercialização. É relevante enfatizar que estes produtos foram mencionados em destaque, tomando como parâmetro a média anual (2009) de vendas. No próximo gráfico destaca-se as formas de pagamento dos produtos agrocentro Patos – PB no ano de 2009.

GRÁFICO V - Formas de pagamento dos Produtos agrocentro Patos – PB 2009

Comerciantes/Produtores



Fonte: Elaboração Própria

O Gráfico V demonstra a viabilidade das relações comerciais via diversas formas de pagamento no agrocentro Elvina Caetano. Esta condição estimula o aumento da quantidade demandada, facilitando as transações comerciais, pois os comerciantes que vendem seus produtos neste centro de comercialização aceitam diversas formas de pagamento, dentre as quais, destacou-se com 60% dos entrevistados, o pagamento à prazo (estipulando o período de pagamento) , porém, destacaram-se também com uma participação relativamente menor, o boleto, o depósito e o cheque. Tais condições são responsáveis pelo grande número de demandantes, bem como também ofertantes, viabilizando a relação compra/venda de produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma tradicional, o setor primário da economia brasileira, apresenta-se dividido, por um lado, pela agricultura voltada para a exportação, com técnicas mais

refinadas de cultivo e poder de competitividade, por outro lado, pela agricultura voltada para o mercado interno, menos tecnificada, porém de extrema importância no abastecimento de produtos para o mercado interno.

Neste contexto de divisão do setor primário da economia brasileira, forma enfatizadas as desigualdades quanto ao desenvolvimento rural via regiões, sendo destacada a agricultura da região nordeste do Brasil com uma estrutura agrária concentracionista, apresentando sérios problemas na esfera produção – comercialização com relação a agricultura de subsistência, agravados muitas vezes pelas secas. Fazendo-se necessário, desta forma, crédito, tecnologia, infra – estrutura de comercialização.

Dentro destas circunstâncias, enfatizou-se a infra – estrutura de comercialização, avaliando especificadamente, o centro de comercialização de produtos agrícolas, o agrocentro Patos – PB, demonstrando a sua contribuição no escoamento relativamente maior da produção agrícola e no desenvolvimento da região.

As boas condições para vendas, ou seja, a infra – estrutura de comercialização agrícola no agrocentro Patos – PB, representa um melhoria significativa não apenas em Patos, mas em toda a região, quanto ao abastecimento de produtos, ou seja, representa uma escala geográfica reduzida para os fluxos comerciais (espaço urbano), caracterizada pelo comércio varejista e uma escala geográfica ampliada para os fluxos comerciais (espaço regional), caracterizada pelo comércio atacadista. A estrutura física – administrativa adequada, atende as perspectivas de diversos tipos de comerciantes, de diversas localidades, dentro e fora do Estado da Paraíba, contribuindo para um volume maior de vendas, via diversas formas de pagamento.

A importância deste centro de comercialização localizado no sertão paraibano revelou-se de forma mais elaborada quando evidenciamos a demanda e a oferta de produtos agrícolas no ano de 2009. O agrocentro faz relação comercial com diversos Estados, onde destacaram-se por um lado, como Estados demandantes, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Minas Gerais (a distância econômica é superada pelo custo de acesso do produto). Já por outro lado, destacaram-se como Estados ofertantes, Paraíba, Rio Grande do Norte, por uma razão básica, a distância

geográfica relativamente menor. No entanto, Bahia e Minas Gerais apresentaram-se também com participação, uma vez que estes Estados ofereceram produtos já oferecidos no agrocentro, bem como também produtos não oferecidos neste centro de comercialização.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões do Caso**

Brasileiro. Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

ANDRADE, Manuel Correio de. Nordeste: **Alternativas da Agricultura**. Campinas – SP: Papyrus, 1988.

ANDRIGHETTI, Yná. **Nordeste: Mito e realidade**. São Paulo: Moderna, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, José Carlos Valdivino. **Análise da Ocupação da Mão de Obra Rural Paraibana na Década de Noventa** (Monografia). Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdades Integradas de Patos – FIP. Patos – PB, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil; política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

IBGE / PB – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário – 1996 – PB**.

MILLIKAN, Max F.; Hapgood David. **O Problema da Agricultura nos Países Subdesenvolvidos**. RJ – SP. FORENSE, 1977.

MOREIRA, Igor. **O Espaço Físico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.